

AO JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DO XXXXXX.

FULANO DE TAL, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, nascida em XX/XX/XXXX, natural de XXXXXXXX, filha de **FULANO DE TAL** e **FULANO DE TAL**, RG nº XXXXXXXX – SSP/XX e CPF nº XXXXXXXX, residente e domiciliada no XXXXXX, CEP: XXXXXX, telefone: (XX) XXXXXXXX, correio eletrônico: XXXXXXXX, vem, perante Vossa Excelência, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL** (artigo 99 do CPC), ajuizar a presente

AÇÃO DE GUARDA

C/C

REGULAMENTAÇÃO DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR

do menor **FULANO DE TAL, NACIONALIDADE**, menor impúbere, nascido em XX/XX/XXXX, natural de XXXXXX/XX, filha de **FULANO DE TAL** e **FULANO DE TAL**, CPF nº XXXXXXXX, residente e domiciliado no mesmo endereço da autora;

em face de de **FULANO DE TAL, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO**, nascido em XX/XX/XXXX, natural de XXXXX/XX, filho de **FULANO DE TAL** e **FULANO DE TAL**, telefone: (XX) XXXXXXXX, (XX) XXXXXXXX (recados com **FULANO DE TAL** – genitora), **demais dados desconhecidos**, pelas razões de fato e de direito que passa a expor:

I - DOS FATOS:

Inicialmente, a requerente esclarece que, após o rompimento do casal, o requerido se mudou para o Estado do

XXXXXXXX/XX, mas se nega a informar os dados de seu atual domicílio de residência.

A requerente somente mantém contato com o requerido por via telefônica, inclusive pelo aplicativo Wasthaap.

A requerente, inclusive, colaciona a esta inicial *print* de mensagem que solicita o endereço do requerido mas esse se esquivou de fornecer os dados de seu domicílio.

Por esse contexto apresentado, há necessidade de o requerido ser citado por via editalícia.

A requerente informa que os cônjuges se casaram na modalidade civil na data de XX/XX/XXXX, sob o regime da comunhão parcial de bens, conforme registro lavrado no Cartório do Xº Ofício de Notas, Registro Civil e Protesto de Títulos, da localidade de XXXXXX/XX, termo nº XXXXXXXXXX.

A requerente esclarece que há cerca de XX meses sobreveio o rompimento conjugal, quando os cônjuges passaram a residir em domicílios diversos.

O infante FULANO DE TAL, desde o seu nascimento, sempre residiu com a sua genitora, guardiã fática.

Para que não haja tumulto processual, dada à diversidade de rito, a requerente esclarece que a ação de divórcio será ajuizada também nesta data perante esse Juízo.

Tão logo a requerente saiba informar o endereço de domicílio do requerido, ajuizará, em nome do menor, sob sua representação, ação de alimentos, perante esse Juízo.

A requerente, com os pedidos constantes desta inicial, deseja tão somente regularizar a situação fática existente.

II - DA GUARDA:

Assim, há necessidade de se conceder a guarda judicial do menor à requerente, sua genitora, na modalidade unilateral, com o fim de lhe garantir a manutenção de sua proteção e integridade.

III - REGULAMENTAÇÃO DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR:

Diante do contexto de o requerido residir em outro Estado da Federação, a requerente não considera ser salutar para o menor a concessão de visitas sem que haja a sua assistência, até mesmo pela tenra idade da criança.

Ademais, respeitosamente, a autora entende ainda que a regulamentação de convivência familiar do requerido ao menor somente poderá ser deferida por Vossa Excelência após o necessário estudo psicossocial do caso.

IV - DO DIREITO:

É salutar para toda criança conviver em ambiente familiar, devendo ser protegida de qualquer situação que a exponha a qualquer tipo de risco e exploração, sendo mandamento constitucional a seguridade, pela família, pelo Estado e pela sociedade, da dignidade, do respeito, além da proteção a qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Sendo assim, estatui o artigo 227, da Constituição Federal, direitos da criança e adolescente que devem ser observados:

Art. 227. *É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.*

Além disso, podemos fazer analogia ao Código Civil, em especial ao seu artigo 1.584, que menciona que a guarda será atribuída a quem revelar melhores condições para exercê-la:

Art. 1.584. *Decretada a separação judicial ou o divórcio, sem que haja entre as partes acordo quanto à guarda dos filhos, será ela atribuída a quem revelar melhores condições para exercê-la.*

V - DOS PEDIDOS:

Ante o exposto, requer:

- a) Os benefícios da justiça gratuita;
-

- b) A intimação do Ilustre representante do Ministério Público;
 - c) A concessão da tutela de urgência, tendo em vista a presença dos requisitos do artigo 300 do CPC, eis que a autora exerce a guarda de fato da menor, para conceder a guarda provisória da menor à requerente;
 - d) A citação do requerido, via edital, para apresentar resposta no prazo legal, caso queira, sob pena de sofrer os efeitos da revelia;
 - e) A requerente opta pela realização de audiência de conciliação/mediação, nos termos do que dispõe o inciso VII do artigo 319 do CPC; devendo o requerido ser intimado via edital;
 - f) A procedência do pedido para conceder a guarda judicial definitiva do menor **FULANO DE TAL** à requerente, sua genitora, confirmando-se a tutela de urgência; e regulamentando-se as visitas após avaliação do caso pelos profissionais do psicossocial forense; e
 - g) A condenação do requerido ao pagamento das custas processuais e honorárias advocatícios a serem revertidos em favor
-

do Programa de Assistência Judiciária - PRODEF, da Defensoria Pública do Distrito Federal (art. 3º, inciso I, da Lei Complementar Distrital nº 744/2007), que deverão ser depositados no Banco XXX / PRODEF.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos.

Dá-se a causa o valor de R\$ XXXX (XXXXXXXX reais).

Nesses termos, pede deferimento.

XXXXXX/XX, XX de XXXXXX de XXXX.

FULANO DE TAL
Requerente

FULANO DE TAL
Colaborador - Matrícula XXXXX
APPGG - Matrícula XXXX

FULANO DE TAL
Defensor Público do XXXXXX
